

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

# A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES MIGRANTES NO ENSINO SUPERIOR E O PROGRAMA DE AUXÍLIO MORADIA NA UFC

Ilanna Nunes, Francisca Rejane Bezerra Andrade

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.5386>

Submetido em: 2023-01-04

Postado em: 2023-01-19 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

## A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES MIGRANTES NO ENSINO SUPERIOR E O PROGRAMA DE AUXÍLIO MORADIA NA UFC

ILANNA TEIXEIRA NUNES<sup>1</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1462-057X>

<ilannatn@gmail.com>

FRANCISCA REJANE BEZERRA ANDRADE<sup>2</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8761-6489>

<rejane.bezerra@uece.br

<sup>1</sup> Universidade Federal do Ceará (UFC). Sobral, CE, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Estadual do Ceará (UECE). Fortaleza, CE, Brasil.

**RESUMO:** Este artigo aborda a permanência de estudantes migrantes no ensino superior a partir de uma pesquisa realizada na Universidade Federal do Ceará. A proposta do estudo consistiu em entender as perspectivas dos estudantes quanto à repercussão das ações de assistência estudantil em suas trajetórias acadêmicas. Em termos metodológicos, caracterizou-se pela abordagem qualitativa, com enfoque descritivo. Para tal, foi realizada a análise dos dados coletados em entrevistas com parte dos discentes atendidos pelo Programa de Auxílio Moradia, bem como as pesquisas documental e bibliográfica. Os resultados apontam a relevância da política de assistência estudantil, em especial as ações do Auxílio Moradia, para a permanência e conclusão da graduação, conforme os relatos dos estudantes entrevistados, além de repercutir positivamente quanto aos aspectos sociais e emocionais. Essa pesquisa possibilitará contribuições no campo prático da política de assistência estudantil à medida que subsidiar as intervenções dos profissionais que trabalham na área, além da produção de estudos sobre o tema.

**Palavras-chave:** ensino superior; assistência estudantil; auxílio moradia; permanência estudantil.

## THE PERMANENCE OF MIGRANT STUDENTS IN HIGHER EDUCATION AND THE HOUSING PROGRAM AT UFC

**ABSTRACT:** This article addresses the permanence of migrant students in higher education based on a research carried out at the Federal University of Ceará. The purpose of the study consisted in understanding the students' perspectives regarding the repercussion of student assistance actions on their academic trajectories. In methodological terms, it was characterized by a qualitative approach, with a descriptive focus. To this end, the data collected in interviews with students assisted by the Housing Program was analyzed, as well as documentary and bibliographic research. The results point to the relevance of the student assistance policy, especially the actions of the Housing Program, for the permanence and completion of graduation, according to the reports of the interviewed students, in addition to having a positive impact on social and emotional aspects. This research will enable contributions in the practical field of student assistance policy as it subsidizes the interventions of professionals working in the area, in addition to the production of studies on the subject.

**Keywords:** higher education; student assistance; student housing; student permanence.

## **EL PROGRAMA DE AYUDAS AL ALQUILER EN LA UFC Y LA PERMANENCIA DE LOS ESTUDIANTES MIGRANTES EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR**

**RESUMEN:** Este artículo trata de la permanencia de los “estudiantes migrantes” en la Educación Superior a partir de una investigación realizada en la Universidad Federal del Ceará. El propósito del estudio consiste en comprender desde la perspectiva del estudiante cuál es la repercusión del Programa de Ayudas al Alquiler en su trayectoria académica. Desde el punto de vista metodológico se trata de una investigación cualitativa de enfoque descriptivo. Las técnicas utilizadas para la recolección de datos fueron la investigación documental y bibliográfica y la realización de entrevistas a estudiantes beneficiarios del Programa de Ayudas al Alquiler. Los resultados muestran la importancia de la política de asistencia a la comunidad académica, en particular las Ayudas al Alquiler, para la permanencia en el Curso Superior y su finalización, así como influye de manera positiva en la vida social y emotiva de los estudiantes. Esta investigación puede contribuir a la divulgación de la política de asistencia a la comunidad universitaria y fundamentar intervenciones y la elaboración de nuevos estudios sobre el mismo tema.

**Palabras clave:** Educación Superior, asistencia al estudiante, ayudas al alquiler, permanencia del estudiante.

## INTRODUÇÃO

Conseguimos avançar em várias pautas sociais nas duas últimas décadas, mas a garantia da educação superior na realidade brasileira ainda é atravessada por vários desafios, principalmente quanto ao acesso da população entre 18 e 24 anos de idade. No âmbito do ensino superior também se reproduzem as relações de poder e exclusão do sistema de desigualdades do capital, promovendo o alijamento de milhares de jovens da universidade.

Apesar de termos aumentado o acesso de jovens provenientes das classes trabalhadoras ao ensino superior, ainda há muitos passos a serem percorridos, principalmente no que se refere às ações de permanência. Para tal, temos o desafio da implementação de políticas de assistência estudantil que possibilitem, tanto para os estudantes bolsistas da rede privada quanto para os que estão matriculados na rede federal de ensino, condições de igualdade com os demais discentes.

Com as reformas educacionais realizadas nos anos 2000, o país experimentou um aumento considerável no número de matrículas no ensino superior (principalmente na rede privada). Milhares de jovens conseguiram ter acesso a um curso de nível superior, fato muito emblemático se compararmos com períodos históricos anteriores, porém faz-se presente um importante aspecto: permanecer na educação superior. Diante dessa questão, uma parte dos estudantes se depara prontamente com elementos constitutivos e essenciais para a existência: manutenção da moradia/alimentação.

Sabe-se que junto ao processo de expansão da rede federal de ensino, ocorreu a interiorização da educação superior, movimento este que levou cursos de graduação e pós-graduação para cidades de médio e pequeno porte, promovendo diversas transformações no cenário das cidades, assim como no cotidiano de seus habitantes. Com a relativa aproximação de universidades e faculdades em suas regiões, muitos jovens que não ousavam migrar para os centros urbanos mais distantes, agora vislumbram chances mais próximas de acesso ao ensino superior.

Embora a sede dos cursos esteja no entorno, ainda há a necessidade de migração por muitos jovens, seja para conseguir acessar as aulas ou melhorar a qualidade de vida, pois o processo de movimento pendular torna-se insustentável por longos períodos, conforme a situação constatada na pesquisa através dos relatos dos entrevistados. Nessa direção, as políticas institucionais das universidades, via Programas de Assistência Estudantil, que promovem o acesso à moradia, adquirem centralidade na trajetória acadêmica de muitos jovens das classes populares.

Portanto, o objetivo<sup>1</sup> deste artigo é refletir sobre os impactos do Programa de Moradia Estudantil da Universidade Federal do Ceará (UFC) nas trajetórias acadêmicas de jovens das classes populares, oriundos de cidades de pequeno porte da região norte do estado do Ceará. Para tal, participaram da pesquisa jovens universitários integrantes do Auxílio Moradia do *Campus Sobral* no ano de 2020, que concederam entrevistas, cuja finalidade foi privilegiar as narrativas tecidas pelos sujeitos acerca da sua própria experiência de vida.

O estudo realizado teve como referência o *Campus Sobral*, dada a sua relevância no contexto da região norte do Ceará, assim como da centralidade que ocupa enquanto mecanismo de interiorização da UFC. Além disso, dada a complexidade e extensão dos diversos cenários da instituição, teríamos enormes dificuldades em analisar a materialização do Programa em todos os *Campi*. Partimos do pressuposto que essa pesquisa propiciará importantes dados para subsidiar futuras intervenções de gestores e profissionais da educação que atuam na área da assistência estudantil, influenciando o planejamento e tomada de decisões. Contribuirá, também, para a produção de estudos e conteúdos sobre o tema.

---

<sup>1</sup> O presente artigo resulta da dissertação de mestrado de uma das autoras, defendida em 2021.

Isto posto, a abordagem interpretativa, também conhecida como construtivismo social (CRESWELL, 2014), orientou a perspectiva teórico-metodológica da pesquisa em função de privilegiar os significados que os sujeitos desenvolvem de suas experiências no mundo social, conformando nosso trabalho como uma investigação de natureza aplicada, com enfoque qualitativo. Do ponto de vista dos seus objetivos, é uma investigação descritiva. Adquiriu centralidade, portanto, o estudo da história, das representações, relações, crenças, percepções e opiniões (MINAYO, 2004). Tivemos como finalidade desenvolver uma compreensão da experiência social dos sujeitos, bem como da realidade humana vivida socialmente. De modo geral, utilizamos a pesquisa documental, bibliográfica e de campo, está última realizada a partir do levantamento de dados socioeconômicos e a feitura de entrevistas.

Inicialmente, realizou-se a coleta das informações socioeconômicas nos formulários de inscrição de todos os participantes do Auxílio Moradia (330 estudantes) no *Campus* Sobral, assim como de seus familiares, construindo uma caracterização mais ampla do perfil desses usuários. Depois, foram empreendidas entrevistas semiestruturadas com discentes de cada curso de graduação, totalizando **oito estudantes**. Para a realização das entrevistas, foi elaborado um roteiro de perguntas abertas, as quais tinham por objetivo abordar dimensões das trajetórias desses estudantes, como: percurso escolar; condição universitária; condições socioeconômicas; e perspectivas sobre o Auxílio Moradia.

Embora as análises de dados em estudos qualitativos não tenham um padrão rígido, Yin (2016) defende a utilização de um ciclo geral de fases, que é dividido em: (a) compilar, (b) decompor, (c) recompor, (d) interpretar e (e) concluir. Essas etapas, segundo o autor, podem possibilitar um maior rigor científico. Assim, após a transcrição e leitura das entrevistas, os dados passaram por processo de decomposição, sendo “codificados” em pequenos núcleos temáticos para em seguida serem rearranjados por recomposição. A partir dessa última fase, pudemos encontrar padrões nas falas dos entrevistados, o que facilitou a interpretação e discussão dos dados coletados.

O presente artigo está dividido em cinco seções: as duas primeiras têm o objetivo de aprofundar as reflexões sobre as desigualdades educacionais, principalmente acerca do contexto brasileiro, bem como sobre as reformas no ensino superior das duas últimas décadas; as demais seções tratam das ações de assistência estudantil na universidade em estudo, do processo de interiorização e da condição dos estudantes que precisam mudar para a sede dos seus cursos e, por fim, a perspectiva que o Programa de Moradia assume nas trajetórias acadêmicas dos usuários.

## **O DEBATE SOBRE AS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS**

Nos últimos anos houve uma expansão dos sistemas de ensino no país - tanto na educação básica quanto na superior - conjuntamente com a redução das desigualdades sociais, dentre elas a educacional (ZAGO, 2007). Entretanto, ainda há uma forte estratificação social dentro dos sistemas de ensino e um grande quantitativo de pessoas (51,2%) com mais de 25 anos que não concluíram o ensino básico, conforme disposto na PNAD de 2019 (IBGE, 2016).

No período de 1960 a 2000, de acordo com Pinto (2004), o Brasil apresentou uma considerável expansão na taxa de matrículas na graduação se comparado ao período anterior, particularmente a partir dos anos 70 com a reforma universitária realizada no regime militar. Essa expansão se deu principalmente na rede de ensino privada, fazendo com que o Brasil apresentasse uma das maiores taxas de privatização da educação superior no fim dos anos 2002, correspondendo a 70% em média.

Mesmo com uma concentração de matrículas nas Instituições de Ensino Superior (IES) particulares, estudos apontam mudanças nas universidades públicas, como, por exemplo, uma maior diversificação social do alunado. As pesquisas de Carrano (2000) e Pinto (2004) argumentam que o acesso das camadas populares nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) se deu de acordo com o

curso e a instituição, cabendo a esse público o ingresso nos cursos de menor prestígio social. Para Pinto (2004), a elitização do ensino superior no Brasil está relacionada ao baixo número de vagas na rede pública, assim como pouca oferta em alguns cursos e a considerável concentração de renda no Brasil.

Uma parcela significativa das pesquisas no campo da educação superior realizadas na década de 1990 e início dos anos 2000 objetivou entender como se dava o acesso de jovens oriundos das famílias de baixo capital cultural e econômico à universidade (ZAGO, 2007; SILVA, 2018; LACERDA, 2006; VIANA, 1998). Nesse cenário, muitos estudiosos recorreram às pesquisas de sociólogos franceses, como Pierre Bourdieu e Bernard Lahire.

As formulações teóricas de Bourdieu forneceram respostas inovadoras acerca das conexões entre os sistemas de ensino e a estrutura na qual estão inseridas as relações sociais. Para Nogueira e Nogueira (2017), o autor formulou respostas bem abrangentes sobre as desigualdades educacionais, contestando a visão hegemônica nas ciências sociais sobre a função da escolarização como meio de superação das desigualdades sociais. Esse aspecto da teoria bourdieusiana, como veremos, vai de encontro ao imaginário de boa parte da população brasileira, inclusive de nossos interlocutores, os quais atribuem o ingresso no ensino superior a possibilidade de melhorar suas condições econômicas e sociais.

Na perspectiva de Bourdieu, o sistema escolar é: “um dos meios mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural” (BOURDIEU, 2015, p. 45). Os mecanismos de eliminação dos sujeitos das classes populares do meio escolar, conforme Bourdieu (2015), podem ser pensados a partir da herança cultural transmitida pela família aos filhos. Os estudantes com mais vantagens econômicas e sociais adquirem treinamentos específicos e certos hábitos, cuja rentabilidade escolar se dá de maneira indireta. O sociólogo compreende ainda que as chances de um jovem das classes populares acessar o ensino superior ocorre de acordo com a origem social, sendo esta a que mais exerce influência na condição estudantil. Algumas questões remetem a esse ponto, como a escolha para os cursos, a manutenção acadêmica, acesso à informação de funcionamento dos estudos e das instituições. Portanto, conforme Bourdieu e Passeron (2018), os domínios culturais relacionam-se a origem social, evidenciando que se deve realizar uma análise variada dos diversos aspectos que influenciam o acesso a níveis mais elevados dentro da hierarquia do sistema escolar, enfatizando a relevância do capital cultural.

A contribuição de Bourdieu ao tema exerceu larga influência, todavia alguns pesquisadores apontaram algumas limitações em sua teoria. Para Nogueira e Nogueira (2002), as ideias do autor não dão conta dos processos de diferenciação das práticas escolares nos grupos familiares devido à ênfase das análises nas condições de classe. Os agentes sociais não podem ser reduzidos à sua posição de classe, devendo ser considerado também a história singular de cada ator (CHARLOT, 1996). Nessa direção, Lahire (1997) estrutura uma revisão teórico-metodológica, trazendo para o debate a possibilidade de ocorrer uma variedade de situações em que as pessoas podem construir habilidades e disposições sem que deva existir uma transmissão deliberada de um conhecimento.

Na visão de Lahire (1997), em uma conjuntura em que as famílias detêm um fraco capital escolar e cultural pode se dar, ainda sim, uma atribuição *simbólica* ou manifestação de destaque à vida escolar das crianças e jovens: “assim, em algumas famílias, podemos encontrar, inicialmente, uma escuta atenta ou um questionamento interessado dos pais, demonstrando para elas, que o que é feito na escola tem sentido e valor” (LAHIRE, 1997, p. 349).

Na trilha do debate dos sociólogos franceses, portanto, os pesquisadores brasileiros também deslocam a perspectiva de análise para dentro dos sistemas de ensino, assim como de outras esferas da vida social. Nessa perspectiva, temos as pesquisas de Silva (2018) e Lacerda (2006), que discutem as trajetórias escolares exitosas de jovens das camadas média e baixa, cuja mobilização familiar e as redes de apoio foram meios substantivos para o ingresso na educação superior. Considera-se, neste sentido, que o debate no Brasil esteve fortemente dirigido para a análise dos fatores que explicassem a entrada de

jovens da classe trabalhadora na universidade. Esse debate, naquele contexto histórico, teve relevância para a compreensão do percurso escolar dos estudantes, todavia, com as mudanças implementadas pelo processo de expansão das vagas nos anos 2000, como destacado anteriormente, apontam agora para a necessidade de refletirmos também sobre as condições de permanência desses sujeitos no sistema educacional. Nesta direção, ganha espaço o debate público acerca das ações de assistência estudantil.

Num primeiro momento, muitos pesquisadores indagam sobre o processo de expansão, questionando se de fato houve um processo de democratização no ensino superior. Para Lima e Bianchini (2017), o processo de democratização do ensino superior requer a inserção dos setores populares com qualidade e êxito acadêmico, rompendo com a seletividade e exclusão social. De uma maneira geral, os autores defendem que ocorreu uma massificação desse nível de ensino, o qual se apresenta desigual pelo perfil institucional/cursos, permanência e sucesso acadêmico. Apesar desse contexto, Salata (2018) conseguiu verificar que os efeitos da origem social para o ingresso no ensino superior foram minimizados, coexistindo com as desigualdades dentro do sistema.

Faz-se necessário ressaltar, em especial, que nos últimos anos, há também uma preocupação em analisar a questão da permanência estudantil. Ponto este que não é novidade no cenário da educação, de um modo geral, mas devido aos recentes arranjos no ensino superior e as mudanças nas formas de exclusão (ZAGO *et al*, 2015). Porém, ainda há poucos estudos de grande abrangência sobre as condições de permanência dos estudantes, assim como acerca da política de assistência estudantil do governo federal nas IFES, em uma perspectiva macro.

## **CONSIDERAÇÕES SOBRE AS REFORMAS EDUCATIVAS NA REDE FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR NAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS**

A educação superior, principalmente nas universidades públicas, por um longo período foi ocupada pelas elites (FONSECA, 2018; ESTHER, 2015), materializando-se por diversos processos de seletividade (LIMA; BIANCHINI, 2017). Porém, nas duas últimas décadas, esse nível de ensino tem sido atravessado por mudanças significativas, conseguindo ampliar o acesso de grupos historicamente excluídos.

No início dos anos 2000, marcadamente pós-2003, novos elementos foram incorporados no âmbito das políticas públicas no Brasil, dentre elas a da educação superior. Conforme Cislighi e Silva (2013), esse período é marcado por um processo de expansão do ensino terciário em conformidade com os ditames do Banco Mundial, tendo por objetivos formar mão de obra qualificada para o mercado e favorecer a coesão social através da expansão do acesso da classe trabalhadora ao ensino superior, promovendo, assim, uma massificação desse nível de ensino.

Mesmo que as medidas praticadas tenham beneficiado fortemente parcelas da burguesia interna, sabe-se que as camadas médias e populares obtiveram alguns ganhos, como a ampliação do acesso - principalmente para negros/as e indígenas.

Uma das primeiras deliberações adotadas para a expansão da rede federal de ensino superior trata-se do aumento de investimento, que se traduziu na edição do REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Instituído em 2007, o REUNI teve como objetivo ampliar o acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação (BRASIL, 2007).

A adesão das universidades ao Programa repercutiu por meio do aumento das vagas, cursos e das próprias IFES. Neste sentido, pode-se destacar que as mudanças ocasionadas pelo REUNI modificaram a cena nas universidades federais, as quais passaram a contar com novos atores. Estes, inclusive, em boa parte, somaram forças à luta por uma política de assistência estudantil. Segundo Cislighi e Silva (2013), a entrada de setores mais pauperizados da classe trabalhadora nas universidades públicas aumentou a necessidade de política de assistência estudantil.

Somado a esse contexto de mudanças, convém citar a luta empreendida pelo FONAPRACE para o estabelecimento de medidas de assistência estudantil, que por meio de pesquisas sobre o perfil socioeconômico dos estudantes da graduação travou movimentos importantes para articular propostas de criação da Política Nacional de Assistência Estudantil. Em 2007, a Associação Nacional dos Dirigentes Federais do Ensino Superior - ANDIFES - conjuntamente com o FONAPRACE recomendou ao Governo Federal a adoção de um Plano que contemplasse essas medidas, impulsionando a edição da Portaria nº 39.

Essa Portaria, criada em dezembro de 2007, instituiu o Programa de Assistência Estudantil, configurando-se como a primeira iniciativa legal no âmbito das universidades e institutos federais que tinha o objetivo de consolidar ações que dessem suporte à permanência dos estudantes com dificuldades econômicas e sociais. Posteriormente, o referido instrumento normativo é modificado para o formato de um Decreto, passando por algumas alterações.

Outra relevante medida implementada nas IFES trata-se da Política de Cotas. Aprovada em 2012, a Lei nº 12.711 percorreu um longo caminho para sua implementação. Objeto de reivindicação de diversos movimentos sociais da negritude, as medidas de ação afirmativa foram a soma de grandes esforços. A Legislação dispõe, em síntese, sobre o ingresso de estudantes egressos de escolas públicas, pretos/as, pardos/as e indígenas e/ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A “Lei de Cotas”, como é conhecida na mídia e nos meios populares, suscitou e ainda é objeto de amplos debates, que, conforme Daflon et al (2013, p. 09) é a "expressão de certa resistência de alguns setores da sociedade brasileira em admitir a modalidade das ações afirmativas raciais, considerando tratar-se de uma nação que por muito tempo teve como um de seus pilares identitários a ideia de democracia racial”.

Mesmo sendo alvo de inúmeras críticas, Senvevies e Mello (2019) indicam que a Lei de Cotas, em conjunto com o Sistema de Seleção Unificado - SISU/ENEM, alterou significativamente a participação de pretos/as, pardos/as e indígenas nas IFES. O perfil dos estudantes nessas instituições, de acordo com a última pesquisa elaborada pelo FONAPRACE (2018), é constituído prioritariamente por jovens pretos/pardos/indígenas, do sexo feminino e que vivem com renda *per capita* de até um salário mínimo e meio (70,2%).

Realizados esses apontamentos, é válido considerar que as ações implementadas nos últimos anos promoveram mudanças no cenário da educação superior no Brasil, principalmente no âmbito das instituições federais. Em alguma medida, esse campo, por meio do ingresso de novos atores, vem passando por um processo de reconfiguração. O acesso e permanência de sujeitos sociais, até então à margem do sistema de educação superior, é visto como uma conquista da classe trabalhadora, assim como de grupos historicamente alijados desses espaços, como negros/as e indígenas.

Neste sentido, a política de assistência estudantil, um dos mecanismos que compõem esse complexo cenário, assume centralidade na discussão proposta por este trabalho, sendo fundamental a problematização dos pontos centrais em que se estrutura e a maneira em que está materializada na universidade em estudo.

## **O PNAES NA UNIVERSIDADE EM ESTUDO**

O Decreto nº 7.234/2010, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, é o principal instrumento regulatório para assistência aos discentes de graduação nas IFES. Esse Decreto estabelece a assistência estudantil em nível institucional em todo o país (DUTRA; SANTOS, 2017), assim como a coloca enquanto política pública de direito.

Os objetivos do PNAES são: democratizar as condições de permanência dos estudantes; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais; reduzir as taxas de evasão e retenção; e apoiar a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2020). Também estabelece que ações devem ser

desenvolvidas para contemplar as áreas de: moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, esporte, cultura, creche, apoio pedagógico e inclusão de estudantes com deficiência/transtornos globais do desenvolvimento/altas habilidades e superdotação.

O Decreto traz ações amplas, que percorrem diversos direitos sociais, e estabelece que caberá às IFES organizar os critérios e metodologia de seleção dos discentes a serem beneficiados. Conforme Imperatori (2017), o instrumento normativo não determina a forma de execução das ações, possibilitando que as instituições estabeleçam projetos e serviços diversos, de acordo com suas realidades. No entanto, o Documento, diferenciando-se da Portaria nº 39/2007, esclarece que o público participante prioritário deve ser formado por estudantes da rede pública da educação básica e/ou de famílias com renda *per capita* não superior a um salário mínimo e meio (cabendo às IFES estabelecerem mais requisitos, caso seja pertinente).

Dessa maneira, é inegável que ocorre o aprofundamento da focalização da política ao ser fixado um critério de renda para acesso. Na prática, segundo Mocelin (2019), esse critério se traduz como mais uma restrição para os estudantes, destinando a assistência estudantil aos discentes da classe trabalhadora, que por suas condições objetivas de vida, confrontam-se com dificuldades para permanecer na universidade. A focalização da assistência estudantil leva também a uma “divisão entre estudantes pobres e supostamente ricos, estigmatizando os que precisam mais e excluindo uma larga parcela de estudantes que, para ter dedicação exclusiva aos estudos, também necessitam auxílio do Estado” (CISLAGHI; SILVA, 2013, p. 507).

Apesar das mudanças operadas no Decreto 7.234 com a focalização do PNAES, a UFC ampliou consideravelmente o alcance das ações de assistência aos estudantes, que ocorriam desde 1957, mas tinham abrangência muito menor. Assim, na última década, a Instituição pôde oportunizar novos serviços, os quais podem ser divididos, resumidamente, em cinco frentes: apoios psicossocial e acadêmico, alimentação, moradia e esporte. As ações com maior impacto financeiro e alcance são as de alimentação, moradia e apoio acadêmico, descritas a seguir:

- O Restaurante Universitário atende toda a comunidade acadêmica, a qual paga uma taxa para realizar as refeições, com exceção daqueles que se inscrevem para o Programa de Isenção. Em todos os *campi*, capital e interior, há a presença de restaurantes universitários. Estão disponíveis almoço e jantar, de segunda a sexta-feira, para todas as unidades acadêmicas, mas no *campus* de Fortaleza é servido café-da-manhã para os estudantes que moram nas residências universitárias e os que fazem parte da Isenção e comprovam residir na região metropolitana de Fortaleza;
- Em relação ao apoio acadêmico, existe um programa de bolsas, denominado Programa Bolsa de Iniciação Acadêmica - BIA, e os auxílios emergencial e creche. Dentre os três, a Bolsa contém o maior número de estudantes participantes, configurando-se, inclusive, como o programa com maior número de bolsas da universidade. É voltada prioritariamente para aqueles que estão nos semestres iniciais; e
- Quanto à moradia, estão disponíveis duas possibilidades para os estudantes: receber um auxílio para custear as despesas com habitação ou optar pela Residência Universitária. Essa última, todavia, está disponível somente no *campus* da capital. O Auxílio Moradia nos *campi* do interior é o Programa mais procurado pelos discentes, assim como o que tem o maior número de participantes. Em comparação às demais iniciativas, o referido auxílio é mais vantajoso para o estudante devido ao tempo de duração e o valor recebido.

As ações descritas acima estão regulamentadas pela Resolução nº 08/CEPE/UFC, anexo XI, instituída em 2013. O Documento dispõe sobre o Programa de Assistência Estudantil, estabelecendo

critérios para a concessão de bolsas e auxílios financeiros, bem como as condições de permanência em cada auxílio e na Bolsa de Iniciação Acadêmica.

Para acessar esses Programas, o universitário precisará participar de um processo seletivo, regulamentado por edital específico. Neste, precisará entregar documentação comprobatória da situação socioeconômica de sua família, assim como a sua própria. Em média, são publicados dois editais anualmente, os quais não atendem metade dos inscritos, principalmente se for o Auxílio Moradia.

Em relação às ações de assistência aos estudantes no *Campus* de Sobral há a concentração dos serviços no repasse dos auxílios financeiros e acesso ao restaurante universitário, tendo pouca oferta dos serviços de apoio psicossocial, marcadamente de orientação pedagógica. De modo geral, os serviços ofertados na instituição estão concentrados no repasse pecuniário, embora os estudantes do *campus* Fortaleza contem com mais serviços.

Dessa forma, dentre as ações da assistência estudantil de maior relevância, há o Programa de Moradia, ofertado via um auxílio pecuniário. Conforme o sítio eletrônico da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, o referido Programa deve atender estudantes dos cursos de graduação presencial da UFC, cujo núcleo familiar reside fora da sede de seu *campus*, assim como comprovar situação de “vulnerabilidade” socioeconômica (através de chamadas específicas via Edital). Em regra, o beneficiário fará jus ao auxílio durante o período de seu curso, e terá também isenção da taxa do restaurante universitário.

Na trilha do debate, considera-se que não é possível discutir as implicações da política de assistência estudantil, especificamente o auxílio moradia, na trajetória dos estudantes sem pensar o processo de interiorização e a condição social, econômica e cultural desse grupo.

## **IMPLICAÇÕES DO PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO E A CONDIÇÃO DOS ESTUDANTES MIGRANTES**

Entendemos que se torna imprescindível retomar os principais pontos acerca do processo de interiorização das universidades federais, em especial, sobre as condições em que se materializa no cotidiano das instituições. Nesta direção, destaca-se a posição do estudante que precisa acessar a política de assistência estudantil, sobretudo o programa de moradia, para permanecer na universidade, dada a sua condição socioeconômica e migrante.

O processo de expansão e interiorização (impulsionado pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, Sistema de Seleção Unificada – SISU e Lei de Cotas)<sup>2</sup> das universidades públicas trouxe significativas modificações na composição do perfil estudantil. Anterior a reestruturação das instituições na última década, a localização das universidades encontrava-se, em boa parte do país, restrita às capitais. Na contramão de iniciativas de outras instituições da região Nordeste, vale destacar que a Universidade Federal do Ceará operou o primeiro movimento de interiorização apenas no início dos anos 2000.

O movimento de interiorização das IFES, por consequência, aproxima a universidade pública da população que vive longe dos grandes centros urbanos, de modo que os estudantes possam

---

<sup>2</sup> O programa REUNI, instituído em 2007, objetivou ampliar o acesso e permanência no ensino superior por meio do aumento do investimento, aproveitando a estrutura física e expandindo o contingente de recursos humanos. O SISU, por sua vez, em vigência desde 2012, reúne as vagas ofertadas por instituições públicas de ensino superior de todo o país, sendo gerido pelo Ministério da Educação. O Sistema encarrega-se de realizar a seleção para os cursos com base na nota do Exame Nacional do Ensino Médio. Já a Lei de Cotas, implementa desde 2012 medidas para garantir a reserva de 50% das matrículas por curso para estudantes pretos/as, pardos/as e indígenas, bem como origem escolar na rede pública de ensino e renda *per capita* inferior a um salário mínimo e meio.

ficar mais próximos de sua região. Todavia, como veremos adiante, essas mudanças não excluíram os movimentos migratórios realizados pelos estudantes. Na prática, uma parcela de jovens ainda precisará realizar esse movimento, embora ocorra um encurtamento da distância percorrida para o acesso à universidade.

Nessa direção, logicamente há uma diminuição da demanda por moradia, porém esta permanece sendo requisitada, principalmente por jovens que estão em situação de dificuldade socioeconômica, corroborando, assim, a premissa de que a inserção de grupos ou frações de classes passam sistematicamente a solicitar ações para garantia de permanência na universidade.

No *Campus* em estudo, aproximadamente 50% dos discentes que participaram do processo seletivo para os auxílios estudantis no ano de 2022 inscreveram-se para o recebimento do Auxílio Moradia<sup>3</sup>. É válido registrar que somente ¼ conseguiram ingressar no Programa de Moradia devido ao número reduzido de vagas. A quantidade de estudantes que têm núcleo familiar proveniente de outras cidades e que estão dentro dos critérios elencados pelo PNAES tende a ser muito maior que o registrado no processo seletivo, visto que muitos não obtiveram informações sobre o Programa e até mesmo desistiram de concorrer devido ao pouco número de vagas.

Corroborando a análise, temos o trabalho de Sousa e Freitas (2020), o qual aponta que 66,16% dos estudantes de uma universidade estadual<sup>4</sup> localizada em Sobral eram provenientes de outras cidades. Aponta também que a renda familiar desse grupo não ultrapassa dois salários mínimos.

Por certo, esses percentuais conseguem indicar o cenário no qual está circunscrito às universidades no município de Sobral. Compreende-se, a partir do levantamento desses dados, mesmo que breves, que apesar do esforço de interiorização, ainda é relevante medidas que deem suporte a moradia dos estudantes. Desse modo, o Programa de Assistência Estudantil da UFC, por meio do Auxílio Moradia, apresenta-se como direito social que busca diminuir as desigualdades educacionais no ensino superior ao garantir algo elementar: moradia.

Na esteira das análises sobre a condição desses estudantes, não se pode desconsiderar ainda os modos objetivos e subjetivos de existência desse agrupamento, materializados pelos capitais econômico, social e cultural. Por isso, no esforço de discutir a questão, trazemos para o debate alguns dados da pesquisa que realizamos, a qual traça o perfil socioeconômico dos beneficiários do Programa Auxílio Moradia no Campus Sobral.

Portanto, no que diz respeito aos usuários desse Programa foi verificado um aprofundamento da vulnerabilidade socioeconômica caso os coloquemos em contraste com o perfil mais geral construído pela V Pesquisa do Fórum de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis - FONAPRACE<sup>5</sup>.

A começar pela situação socioeconômica, verificamos que a renda familiar dos(as) graduandos(as) é de até meio salário mínimo *per capita* em 90% dos casos. Os familiares, em sua maioria, ocupam postos de trabalhos que exigem nenhuma ou pouca qualificação técnica, tendo como consequência direta menor remuneração, já que essas atividades, historicamente, proporcionam menor renda. Outra característica que marca esse grupo é a escolaridade da mãe e do pai (ou de quem criou como tal), que corresponde, respectivamente, a 94% e 98% de pessoas que não acessaram o ensino superior. Cerca de 59% dos homens não concluíram a primeira etapa da educação básica. Sabe-se que a escolaridade, assim como a renda, mantém relação significativa com a situação de trabalho, o que orienta consideravelmente a análise da condição social desses estudantes.

---

<sup>3</sup> Dados disponibilizados pela Equipe de Assistência Estudantil do *Campus* Sobral.

<sup>4</sup> Conforme as autoras, esse quantitativo refere-se ao ano de 2016 da Universidade Estadual Vale do Acaraú.

<sup>5</sup> A V Pesquisa revela que as universidades federais são constituídas prioritariamente por jovens pretos/pardos/indígenas, do sexo feminino e que vivem com renda *per capita* de até um salário mínimo e meio (70,2%).

Em relação à origem escolar e regional, respectivamente, 88,58% cursaram o Ensino Médio na rede pública de ensino (o restante desse quantitativo cursou em escolas particulares sob a condição de bolsistas) e a maioria absoluta é oriunda do Estado do Ceará. A mobilidade acadêmica, propagandeada pelo novo sistema de seleção, não acarretou uma significativa mudança no contexto da UFC, de acordo com Coelho (2012). Igualmente à pesquisa de Sousa e Freitas (2020), citada anteriormente, a maior parte dos(as) graduandos(as) são da região Noroeste e Norte, correspondendo, dessa forma, à política de promoção da educação superior nas áreas intermediárias do Ceará.

No conjunto dos/as estudantes integrantes do Programa Auxílio Moradia, encontra-se um perfil jovem, com trajetórias educacionais de êxito, baixo capital econômico e baixo capital escolar de suas famílias, apresentando uma quantidade considerável de familiares com o ensino fundamental incompleto, bem como exercendo trabalho com nenhuma ou pouca qualificação técnica. Portanto, o perfil apresentado é corroborado por outros estudos que discutem a trajetória acadêmica de jovens das camadas populares, como ilustrado.

## O PROGRAMA DE MORADIA VISTO PELA ÓTICA DOS ESTUDANTES

Para a consecução de nossa pesquisa, analisamos também a trajetória de estudantes matriculados nos cursos de graduação da UFC, *Campus* Sobral, usuários do Programa de Moradia, a partir da realização de entrevistas, conforme assinalado anteriormente. A maioria dos nossos interlocutores é proveniente de cidades de pequeno porte da Região Norte do Ceará – apenas um entrevistado tem núcleo familiar residindo na capital do Ceará. Todos mudaram-se de seus locais de moradia devido à distância até a universidade, visto que esta dificulta ou impossibilita o acesso.

Nessa situação, foram entrevistados oito estudantes, sendo quatro homens e quatro mulheres cisgêneros, de acordo com a autoidentificação informada, dos quais boa parte de orientação heterossexual. A idade dos respondentes varia de 20-28 anos. Quanto à cor/raça, três se autodeclararam pessoas brancas, quatro como pardos e apenas um enquanto pessoa negra. Todos se declararam solteiros e sem filhos.

No que se refere à origem escolar, o ensino médio foi realizado por todos na rede pública de ensino, cuja trajetória escolar foi exitosa, fato que se repete na universidade. Esse cenário corrobora com uma das premissas da teoria de Bourdieu (2018) acerca da superseleção dos jovens universitários provenientes das classes populares. Todos se autodenominam como provenientes das classes populares, e são os primeiros de suas famílias a ingressar na educação superior. A trajetória escolar de boa parte dos pais (ou quem criou como tal) é até o ensino fundamental, bem como são usuários de um programa de transferência de renda do governo federal para pessoas em vulnerabilidade socioeconômica.

Através da feitura de entrevistas, procuramos nos discursos dos estudantes elementos acerca de sua participação no Programa da Moradia a partir de suas trajetórias acadêmicas, os quais pudessem apontar a relevância do Auxílio em seus percursos. Como a maioria das pesquisas, buscamos entender como se deu a chegada na universidade, a troca de cidade, as condições de moradia atuais, assim como as suas perspectivas sobre a vida acadêmica após o recebimento do auxílio, mas nos diferenciamos ao trazer à tona os pontos de vista a partir de suas experiências.

Assim, não por acaso, o principal ponto que perpassa o ideário dos jovens entrevistados sobre o ingresso no ensino superior trata-se da possibilidade de mudar as suas próprias condições socioeconômicas, como de suas famílias, por meio da conclusão de uma graduação. Em menor proporção, há os que desejaram prolongar a trajetória educacional. Todavia, podemos encontrar um aspecto comum que atravessa os discursos: relevância simbólica de estar na universidade. Para os jovens das camadas populares a conclusão de um curso de nível superior é um elemento diferenciador em suas

trajetórias, ao contrário do que ocorre em grupos originários das classes médias e altas (BOURDIEU; PASSERON, 2014; 2018).

O início nessa nova etapa da vida – chegada ao ensino superior - pode ocasionar algumas dificuldades de adaptação, conforme aponta Coulon (2008) em seus escritos sobre o *ofício de estudante*, principalmente nas situações em que há questões contextuais mais amplas, como a mudança de cidade e o afastamento do núcleo familiar. Nesse sentido, Sousa (2020) em seu trabalho acerca da moradia estudantil como processo de integração a vida universitária, aponta que 41% dos discentes participantes de sua pesquisa consideravam a mudança de cidade como difícil ou desafiadora. É elementar, portanto, captar os pontos que perpassam essa transição, o que nos permite entender os investimentos de ordem psicossocial, econômica e contextuais realizados pelos discentes. Decerto, essas questões repercutiram quanto aos arranjos e estratégias de permanência no ensino superior.

As entrevistas apontaram duas situações que caracterizaram o início das atividades universitárias: estudantes que realizavam o movimento pendular, ou seja, deslocavam-se diariamente entre suas cidades e a sede do campus; e uma outra parte que precisou mudar-se logo no começo das atividades acadêmicas devido à impossibilidade de deslocar-se todos os dias. Este segundo grupo necessitou, antes do recebimento do Auxílio, organizar estratégias diversas para assegurar a manutenção na nova cidade, pois a família não conseguia sustentá-los financeiramente.

Aparentemente, o primeiro grupo não precisaria mudar para a sede do curso, afinal conseguir ir e vir todos os dias. Entretanto, há diversos relatos, em especial dos interlocutores da nossa pesquisa, sobre os impactos dessa prática, as quais têm como consequência o esgotamento físico e mental, além da perda de tempo com o deslocamento. Nesse sentido, há uma relação direta com o desempenho acadêmico, que é afetado por esses fatores. Para Ferreira (2017), o tempo de deslocamento é um relevante indicador da qualidade de vida em áreas urbanas, assim como um indicador das desigualdades sociais e espaciais (ARANHA, 2015). Esse contexto, dadas as condições socioeconômicas, pode aprofundar ainda mais as dificuldades vivenciadas pelos estudantes, principalmente para aqueles que não conseguem romper com o movimento pendular.

Para os que migraram logo no início do curso, havia outras preocupações, como a manutenção da moradia e alimentação, que representavam um impacto no orçamento familiar (fonte de preocupação constante, conforme os relatos). Além dessas questões, também foi apontado a dificuldade na garantia de utensílios básicos para o lar e de material acadêmico (livros, apostilas, dentre outros).

De toda maneira, após o processo de migração (que ocorreu com todos os nossos entrevistados), o período de adaptação na nova cidade foi visto como algo necessário, mas que trouxe dificuldades em diversos âmbitos, principalmente a ausência da rede de apoio familiar. Houve a percepção que dali em diante deveriam se tornar responsáveis por si, ao menos na maior parte do tempo. Somada a esse processo, ocorria também o movimento de afiliação à condição estudantil.

Nesta direção, a procura pelo Programa Auxílio Moradia se deu basicamente devido às dificuldades socioeconômicas dos estudantes (e suas famílias) em custear as despesas com moradia e alimentação na sede dos seus cursos, conforme ilustrado antes. Compreende-se, portanto, que o fator material se sobrepôs, revelando as disparidades e desigualdades vivenciadas pelas juventudes. A privação ou a iminência de não conseguir subsidiar as despesas é fonte de constante preocupação e cansaço para os estudantes, às quais atravessam o cotidiano acadêmico de modo sistemático. Nesse sentido, as falas dos nossos interlocutores insistem em afirmar que questões como rendimento acadêmico e baixa evasão, por exemplo, estão imbricadas por múltiplas determinações, e não somente aos fatores pedagógicos e pessoais.

A participação no Programa de Moradia, conforme os estudantes, viabiliza o pagamento das despesas com moradia, bem como oportuniza a escolha do local de residência e dos colegas com quem vão dividir o lar. Essa possibilidade de escolha é o principal traço distintivo das residências universitárias

em relação ao Auxílio Moradia, de acordo com a percepção deles, sendo percebido como algo positivo. Há também a chance de residir mais próximo à sede do curso, visto que no *campus* há locais geograficamente diferentes. De modo geral, todos consentiram quanto à relevância desse recurso financeiro para as despesas de moradia e alimentação.

Mas além desse aspecto favorável, sobretudo é relatado a sensação de *estabilidade*, contrariamente ao sentimento de *ameaça* que havia antes do ingresso no Programa. Esse sentimento de estabilidade se apresenta, até mesmo, como organizador dos afetos, da saúde mental e dos projetos de vida, pois os colocam em uma condição em que os planos de futuro não estejam ameaçados pela ausência de recursos materiais para custear a permanência. Tomamos como premissa, dessa forma, que houve uma mitigação do sentimento de instabilidade e ameaça quanto à permanência, no qual o Auxílio Moradia é um relevante mecanismo de garantia à educação e fruição da universidade, essencialmente.

Em algum grau, todos os estudantes que dialogamos afirmaram depender do Auxílio Moradia para a sua permanência na faculdade. Uma parte relatou que sem o recurso não conseguiria prover os gastos com aluguel e alimentação. Outros, declararam que os pais ajudavam com uma pequena parte, a qual eles conseguiriam suprir as despesas com moradia com muitas dificuldades, mas não sobraria para outros itens básicos como vestuário, material acadêmico, remédios, dentre outros. Dessa forma, a existência desse Programa mostra-nos a efetividade das ações de assistência estudantil para a permanência no ensino superior.

Outro aspecto significativo que surgiu em nossa pesquisa trata-se do desempenho acadêmico satisfatório. Assim como a permanência, a garantia ao desenvolvimento acadêmico também é um direito dos estudantes. Ambos, podemos considerar, andam lado a lado. Sabe-se também que o sucesso acadêmico é atravessado por vários fatores e variáveis, e que somente a inserção em algum programa de transferência de recursos, como é o caso do Auxílio Moradia, não determinará esse quesito, todavia tem propensão a produzir efeitos nessa direção, segundo as entrevistas.

Muitos estudantes relataram que economizavam nos gastos com aluguel (dividindo os dormitórios) para que sobrasse recursos para custear livros e apostilas. Vários fatores atuam indiretamente, conforme ilustrado, promovendo contextos favoráveis aos estudantes, mesmo que essa situação não seja a ideal. Dessa forma, de acordo com o levantamento disponibilizado pela Equipe de Assistência Estudantil do *campus*, aproximadamente 83% dos discentes que compõem o Programa obtiveram rendimento satisfatório no último ano, e somente 2% evadiram. A pesquisa de Araújo *et al* (2019) vai ao encontro de nossa discussão ao sinalizar que os auxílios estudantis repercutem consideravelmente sobre a taxa de permanência na educação superior.

Apesar de o Auxílio Moradia proporcionar acesso a outros itens além do seu objetivo institucional, é necessário que apontemos a importância da implementação de outras ações que visem o atendimento das condições básicas para a manutenção na universidade, garantindo a igualdade com os demais estudantes. Esteve claro nos relatos que é extremamente difícil manter-se apenas com o valor do Auxílio, sinalizando a necessidade de aumento e inserção em outros programas de bolsas. Assim como, é relevante ampliarmos a discussão sobre os modos que as ações de assistência estudantil estão configuradas, tal qual coloca Prada e Surdine (2018) ao sinalizar que a permanência proporcionada pelos programas perpetua o atendimento aos mínimos necessários de forma residual, sendo necessário a reflexão sobre a incapacidade de atendimento as demandas devido aos limites de financiamento da Política.

Para Ferreira (2018), a assistência estudantil também é uma medida relevante para o atendimento dos estudantes com dificuldades socioeconômicas, a qual possibilitou a ampliação dos mecanismos de acesso e permanência, mas ainda não consegue atender a demanda que se apresenta devido a um limite na oferta dos serviços. Para a autora, as ações de assistência estudantil, em síntese, têm contribuído para "minimizar o distanciamento entre as disparidades sociais, culturais e econômicas

que dificultam o acesso e permanência dos estudantes de baixa renda na universidade pública brasileira" (p. 590), em uma perspectiva neoliberal. Esses pontos são importantes para pensarmos não só a condição socioeconômica empobrecida dos estudantes de maneira isolada, mas os limites aos quais estamos circunscritos numa sociedade capitalista, marcada pelos retrocessos do projeto neoliberal em curso.

Partindo da análise do conteúdo das entrevistas, compreendemos que as falas dos estudantes vão ao encontro do que é discutido na literatura (SANTOS; MARAFON, 2016; FERREIRA, 2018; SILVA *et al.*, 2019), posto que eles percebem que a quantidade de vagas disponíveis não é satisfatória. A interação com os colegas e demais membros da comunidade acadêmica possibilita a esses estudantes o entendimento dos limites da Política, visto que muitos colegas não conseguiram acesso, além do longo processo seletivo, que de pronto impõe a quantidade de vagas que será ofertada. Paralelo a esse processo, caminha a falha no acesso à informação, a qual não chega, muitas vezes, ao aluno que está em maior dificuldade socioeconômica. Nesse cenário, há um duplo desafio para a Universidade: aumento no financiamento do Programa de Moradia (ampliando o número de vagas e o valor repassado) e melhoria nas condições de divulgação e comunicação com a comunidade discente.

Por fim, é preciso considerar que os obstáculos vivenciados pelos estudantes não se resumem somente à garantia de moradia, ao passo que ao longo da jornada universitária vão surgindo e reatualizando outras desigualdades, dentro e fora da universidade. Nessa direção, Silva *et al.* (2019) também ponderam que a política de assistência estudantil está além do repasse de bolsas, apesar de a condição financeira ser o principal ponto para viabilizar a permanência. Afirmam ainda que a assistência estudantil deve ser aliada à qualidade da formação, acesso à cultura e ao esporte, que são elementos muito significativos para a formação humana. Existe uma complexa condição estudantil, como nos informa Zago (2006), que à problemática financeira vinculam-se outras, que somadas impactam a experiência subjetiva, intensificando, às vezes, o sofrimento existencial e promovendo para diversas formas de adoecimento psíquico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão apresentada ao longo destas páginas teve como horizonte o debate acerca das condições de vida experienciadas pelos integrantes do Programa Auxílio Moradia da UFC - *Campus* Sobral. Através da análise das trajetórias dos estudantes, por essência, sujeitos que precisaram migrar para a sede de seus cursos, pudemos localizar não somente a influência de cunho material, mas outros aspectos, que, por vezes, podem ficar encobertos.

Para realizar essa discussão, foi necessário refletir sobre a realidade que a envolve. Assim, dialogamos com estudos sobre as trajetórias acadêmicas de jovens provenientes da classe trabalhadora, bem como a respeito das reformas educacionais no ensino superior brasileiro dos últimos anos e a Política de Assistência Estudantil do governo federal.

Consideramos que nos últimos anos houve uma expansão da rede federal de ensino superior junto a um processo de interiorização das instituições, ocorrendo o aumento no número de matrículas e a criação da política de assistência estudantil no âmbito das IFES. Assim, muitas cidades de médio porte passaram a sediar *campus* avançados, possibilitando aos jovens, que residiam em cidades pequenas, o acesso a cursos de nível superior. Esse movimento acirrou e aprofundou a demanda por programas de moradia nas universidades.

Dessa forma, identificou-se no contexto do *Campus* Sobral, em primeiro lugar, a insuficiência de vagas no Programa de Moradia. As vagas destinadas não conseguem suprir nem metade das solicitações, acarretando uma quantidade significativa de estudantes que não tem direito a usufruir das ações de assistência estudantil para moradia. Apesar deste ponto, verificamos em nossa pesquisa que há repercussões satisfatórias para os discentes atendidos pelo Programa, principalmente as relacionadas ao

questo moradia. Além dos efeitos iminentes relacionados ao custeio dos gastos com habitação, percebemos que existem outros elementos que geram impactos no desempenho acadêmico. Esses impactos, em parte, também produzem efeitos quanto às questões de saúde mental, pois relacionam-se à percepção de estabilidade, reduzindo as preocupações com a permanência. Além do mais, isso também implicará em maior êxito no rendimento escolar.

Portanto, a pesquisa possibilitou identificar a relevância da política de assistência estudantil enquanto mecanismo para garantir o direito social à educação. Ademais, o Programa de Moradia implementado na UFC é um importante meio para os jovens da região Norte do Ceará, possibilitando meios para a permanência e conclusão de seus cursos. Nesta direção, ciente estamos da necessidade de ampliar as investigações aqui iniciadas, principalmente para contextos de *campi* localizados no meio rural e entre estudantes negros/as e indígenas, realizando aproximações ou distanciamentos entre as trajetórias acadêmicas entre os grupos.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Valmir. Mobilidade Pendular na Metrópole Paulista. São Paulo: *Perspectiva*, São Paulo, v. 19, n. 4, dez. 2005, p. 96-109.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. Maria Alice e Afrânio Catani (org.). 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Tradução Reynaldo Bairão; revisão de Pedro Benjamin Garcia, Ana Maria Baeta. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *Os herdeiros: os estudantes e a cultura*. Tradução de Ione Ribeiro Valle, Nilton Valle. 2.ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.

BRASIL. *Decreto no 6.096, de 24 de abril de 2007*. Cria o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI. Brasília, DF, 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm). Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL. *Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010*. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil —PNAES. Brasília, DF, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 29 ago. 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2022.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. Jovens Universitários. In: SPOSITO, Marília Pontes (org.). *Juventude e Escolarização (1980-1998)*. Brasília: MEC/Inep/Comped, p. 135-155, 2002.

CHARLOT, Bernard. Relação com o saber e com a escola entre estudantes de periferia. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 97, p. 47-63, maio. 1996. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/803/814>. Acesso em: 20 set. 2020.

CISLAGHI, Júlia; DA SILVA, Mateus. O Plano Nacional de Assistência Estudantil: ampliação de vagas x garantia de permanência. *SER Social* Brasília, v. 14, n. 31, p. 473–496, 2013. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/13025](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13025). Acesso em: 24 set. 2020.

CRESWELL, John W. *Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. Tradução de Sandra Mallmann da Rosa. 3.ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

COELHO, Mônica Josiane. *A Política de Assistência Estudantil e a Contrarreforma Universitária: estudo sobre o Programa de Moradia Universitária na Universidade Federal do Ceará*. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7513>. Acesso em: 21 abr. 2019.

DAFLON, Verônica; FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 302-327, abr. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742013000100015>. Acesso em: 09 nov. 2020.

ÉSTHER, Angelo Brigato. Que Universidade? Reflexões sobre a trajetória, identidade e perspectivas da universidade pública brasileira. *Espacio, Tiempo y Educación*, v. 2, n. 2, p. 197 -221, jul./dez. 2015.

FERREIRA, Maria D'alva. Assistência Estudantil na Educação Superior: mecanismos de acesso e permanência do estudante na UFPI. *Revista de Políticas Públicas*, [S. l.], v. 22, p. 579–592, 2018. Disponível em: <http://cajapio.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9800>. Acesso em: 26 jun. 2021.

FERREIRA, Ulisses Carlos Silva. Movimento pendular, principais destinos e tempo de deslocamento para o trabalho na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, XVII, 2017, São Paulo. Anais[...]. São Paulo: ENANPUR, 2017. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1693/1672>. Acesso em: 25 jun. 2021.

FONSECA, Ricardo Marcelo. Democracia e acesso à universidade no Brasil: um balanço da história recente (1995-2017). *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 71, p. 299-307, set./out. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/bFjBQtWgLnWsQXVNWtBCVZc/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS ESTUDANTIS. IV Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras. Uberlândia, 2016.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS ESTUDANTIS. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES. Brasília, 2019.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A Trajetória da Assistência Estudantil na Educação Superior Brasileira. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio./ago. 2017. Disponível: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/dRhv5KmwLcXjJf6H6qB7FsP/?lang=pt>. Acesso em 21jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa nacional por amostragem de domicílios: síntese de indicadores 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso em 14 ago. 2020.

LACERDA, Wânia Maria Guimarães. *Famílias e Filhos na Construção de Trajetórias Escolares Pouco Prováveis: o caso dos iteanos*. Tese (Doutorado em Educação) -Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. Disponível em:<http://www.aeitaonline.com.br/wiki/images/5/5d/Lacerdat2006.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

LAHIRE, Bernard. *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável*. Trad. Ramon Américo Vasques e Sonia Goldfeder. São Paulo: Ática, 1997.

LIMA, Lucinete; BIANCHINI, Angelo. Seletividade e/ou Democratização da Educação Superior em Tempos do SISU. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, vol. 21, n. 1, p. 495-514, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/6187>. Acesso em: 20 jul. 2020.

MINAYO, Maria Cecília. *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MOCELIN, Cássia. Assistência Estudantil como Política de Proteção Social: uma possibilidade de seguridade social ampliada e intersetorial. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, n. 45, p.239-260, set./dez. 2019. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=705&sid=60>. Acesso em 20 ago. 2022.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. *Bourdieu e a educação*. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

PINTO, José Marcelino de Rezende. O Acesso à Educação Superior no Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 727-756, Especial-Out. 2004. Disponível em:<https://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a05v2588.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020.

PRADA, Talita.; SURDINE, Mônia. Carla. da Costa. A assistência estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. *SER Social*, [S. l.], v. 20, n. 43, p. 268–289, 2018. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/18860](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/18860). Acesso em: 25 maio. 2022.

SALATA, André. Ensino Superior no Brasil das últimas décadas: redução nas desigualdades de acesso? *Tempo Social*, São Paulo, n. 2, v. 30, p. 219-253, maio./ago. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/125482>. Acesso em: 22 jul. 2022.

SANTOS, Cláudia; MARAFON, Nelize. A Política de Assistência Estudantil na Universidade Pública Brasileira: desafios para o Serviço Social. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 408-422, ago./dez. 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/22232/15301>. Acesso em: 23 jul. 2022.

SENKEVICS, Adriano Souza; MELLO, Ursula Mattioli. O perfil discente das universidades federais mudou pós-Lei de Cotas? *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 49, n. 172, p. 184-208 abr./jun. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v49n172/1980-5314-cp-49-172-184.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2020.

SILVA, Jailson de Souza e. *Por que uns e não outros? Caminhada de jovens pobres para a universidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2018.

SOUSA, Maria de; FREITAS, Isaurora de. Políticas de Assistência Estudantil e Programas de Bolsas como mecanismo de incentivo à permanência de jovens de baixa renda na universidade. *Revista Homem, Espaço e Tempo*, n. 14, v. 2, p. 100-124, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://rhet.uvanet.br/index.php/rhet/article/view/451/296>. Acesso em: 19 ago. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 08/CEPE, de 26 de abril de 2013. Fortaleza, 2013. Disponível em: [https://www.ufc.br/images/\\_files/a\\_universidade/cepe/resolucao\\_cepe\\_2013/resolucao08\\_cepe\\_2013.pdf](https://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/cepe/resolucao_cepe_2013/resolucao08_cepe_2013.pdf). Acesso em: 28 jul. 2022.

VIANA, Maria José Braga. *Longevidade Escolar em Famílias de Camadas Populares: algumas condições de possibilidade*. Tese (Doutorado em Educação) -Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FAEC-85SJUP/1/2000000010.pdf>. Acesso em 01 out. 2020.

YIN, Robert K. *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Tradução de Daniela Bueno. Revisão técnica de Dirceu da Silva. Porto Alegre, RS: Penso, 2016

ZAGO, Nadir. Prolongamento da Escolarização nos Meios Populares e as Novas Formas de Desigualdades Educacionais. In: PAIXÃO, Lea Pinheiro; ZAGO, Nadir (org.). *Sociologia da Educação: pesquisa e realidade*. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 128-153.

ZAGO, Nadir. Migração Rural-Urbana, juventude e Ensino Superior. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 64 jan./mar. 2015;

## **CONTRIBUIÇÃO DAS AUTORAS**

Autora 1 - Coleta de dados, análise dos dados e escrita do texto.

Autora 2 - Participação na análise dos dados e revisão do texto.

## **DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE**

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.